

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 9φ

Data: 27.05.75

Pg.: \_\_\_\_\_

## Funai quer punir autores da chacina

Da Sucursal e do correspondente

O julgamento dos implicados no massacre dos índios cintas-largas, em 1963, conhecido como a "chacina do paralelo 11", será acompanhado por um advogado contratado pela Funai, o senador Eurico Rezende, que atuará como assistente da promotoria. Segundo o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, a Fundação está interessada em esclarecer este crime "que contribuiu para difundir no exterior a idéia de que o governo praticava uma política de genocídio contra os índios no Brasil". O julgamento será realizado sexta-feira, em Cuiabá, depois de vários adiamentos.

"Muitos dos implicados sumiram ou morreram" — comentou o general Ismarth, em Brasília, acrescentando: "Atualmente permanece preso em Cuiabá apenas o indivíduo Ramiro Costa, que participou do massacre, segundo acusações, a mando dos dirigentes da Colonizadora Junqueira, na ocasião interessada nas terras habitadas por índios cintas-largas". Empregado dos Junqueira, Ramiro foi ouvido várias vezes

pela Justiça e, em função do que disse, levantou-se a possibilidade de ele estar desequilibrado, o que foi desmentido nos exames de sanidade mental.

O principal interesse da Funai é mostrar que o governo não teve relação com o crime, como se disse claramente no exterior. Algumas publicações estrangeiras, inclusive, divulgaram a fotografia de uma índia amarrada numa árvore, sendo cortada ao meio por um facão.

### Missões criticam

"O índio se encontra cada vez mais inseguro e oprimido e já perdeu sua confiança nos brancos, especialmente na Funai, que nada tem feito de proveitoso em seu benefício" Com essa conclusão, missionários católicos que trabalham diretamente com os índios brasileiros encerraram o 7.º Encontro da Pastoral Indígena, realizado durante três dias em Aquidauna, Mato Grosso, sob a coordenação do Conselho Indigenista Missionário — Cimi.

Os erros da política indigenista, segundo o padre Antonio Aasi, começam pelo primeiro artigo do Estatuto, que defende a preservação da cultura indígena e prega sua integração feita pela Funai é justamente a destruição de todos os valores da cultura e dos costumes". E, de acordo com o documento de conclusão do encontro, os erros prosseguem na assistência às populações indígenas, citando o caso do Sul de Mato Grosso: "Quando um índio doente consegue chegar até à Delegacia Regional da Funai, em Campo Grande, é humilhado pelo próprio delegado que não gosta de índio, especialmente de índio doente".

Apesar disso, os missionários lamentam que os índios desconhecem seu Estatuto — instituído no final de 1973. "O Estatuto já foi traduzido até para o francês e o inglês, menos para os dialetos indígenas para que o índio possa conhecer seus direitos". Mas o padre Iasi desconfia da eficácia da tradução: "Não adiantaria muitos os índios conhecerem seus direitos. Também nós, os civilizados, conhecemos nossos direitos e sabemos que eles foram para os "quintos" com muitos ais".